

 PMMS	OCORRENCIA ENVOLVENDO CONTRABANDO E DESCAMINHO	PROCESSO: 5.03
		PADRÃO: 5.03.04
		ESTABELECIDO EM: 13/05/2020
NOME DO PROCEDIMENTO: OCORRENCIA ENVOLVENDO MILITARES ESTADUAIS (PMMS e CBMMS) COMO AUTORES DE CRIME. RESPONSÁVEL: Comandante da equipe policial		REVISADO EM:
ATIVIDADES CRÍTICAS		
<ol style="list-style-type: none"> Dificuldade de comunicação com sua unidade policial devido aos pontos cegos da região; Mudança de entendimentos dos órgãos de fiscalização e/ou correição (Receita Federal, Ministério Público Federal) quanto à classificação e encaminhamento de ocorrências de contrabando e descaminho; Conferencia e relação do material retido em termo específico; Identificação do militar estadual envolvido na ocorrência. 		
SEQUÊNCIA DE AÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> Identificar qual produto está envolvido na ocorrência, classificando-o como contrabando ou descaminho, comunicando a sua unidade policial de imediato, caso seja possível; <ol style="list-style-type: none"> A classificação dos produtos como Contrabando e Descaminho deverá ser embasada na norma vigente, bem como em manifestações dos órgãos de correição e fiscalização, cabendo a administração policial provocar as demais instituições acerca das mudanças (observar a Nota de Instrução n.ºxx da PM3); Identificar a patente/graduação do militar estadual autor da ocorrência, dando ciência a sua unidade policial, e solicitar apoio do oficial de serviço, caso o autor seja seu superior hierárquico, ativa ou reserva remunerada; 		

- 3. Descrever** o material retido, prestando atenção na descrição quantidade: unidade, volume ou peso;
- 3.1. **Independentemente** do valor aferido, bem como se a ocorrência se trata de **contrabando** ou **descaminho**, a administração policial militar (autoridade de polícia judiciária militar) será a responsável da análise da ocorrência, se possui ou não elementos suficientes para lavratura do auto de prisão em flagrante na prática de crime militar;
- 3.2. A autoridade de polícia judiciária militar poderá entrar em contato com a Corregedoria da PMMS, para fins de consulta;
- 3.3. Se a autoridade de polícia judiciária militar entender que não há elementos para Lavratura do flagrante, inserir a informação no Boletim de Ocorrência, citando o nome da autoridade que tomou a decisão;
- 3.3.1. A equipe policial seguirá o rito de crime comum, aferindo o valor da carga e, se ultrapassar o valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, comunicar a polícia federal da circunscrição a fim de encaminhar a ocorrência;
- 3.4. Independentemente do valor aferido, bem como se a ocorrência se trata de contrabando ou descaminho, a administração policial militar deverá comunicar o comandante do autor sobre os fatos, para adoção das medidas administrativas necessárias;
- 4. Confeccionar** o boletim policial, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, para ser apresentado na Delegacia de Polícia Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);
- 5. Confeccionar** o termo de retenção específico, inserindo os autores e materiais ilícitos/irregulares, a fim de ser encaminhado à Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);
- 6. Encaminhar** o(s) autor(es) e o material retido à delegacia de Polícia Federal para a lavratura do flagrante (observar Nota de Instrução da 3ªSeção do Estado Maior);

7. **Encaminhar** o material apreendido à unidade policial para posterior apresentação na Receita Federal (observar Nota de Instrução da 3ª Seção do Estado Maior);
8. **Efetuar** o fechamento da ocorrência, informando à administração os números dos boletins e termos produzidos;

POSSIBILIDADE DE ERRO

1. **Não observar** a natureza do material, atribuindo classificação errada;
2. **Não observar** a identificação do autor, deixando de seguir normas específicas;
3. **Deixar** de comunicar a administração policial da ocorrência em andamento, deixando de receber a orientação adequada;
4. **Deixar** de se atentar quanto ao valor estipulado pelos órgãos de fiscalização e correição, deixando de apresentar a ocorrência na delegacia de polícia federal, liberando inadequadamente o autor;
5. **Não relatar** características dos objetos retidos e nem quantidades, dando margem a erro e extravio de material;
6. **Estar desatualizado** em relação a procedimentos acordados pelo M.P.F.; ocorrendo em prisão ou liberação indevida;

RESULTADOS ESPERADOS

1. Minimizar erros procedimentais das equipes policiais;
2. Diminuir o número de procedimentos instaurados devido a erro procedimental;
3. Dar transparência e segurança às equipes policiais;

AÇÕES CORRETIVAS

1. Em caso de dúvidas, quanto ao procedimento a ser adotado, solicitar orientação ao escalão superior, com o intuito de evitar ações prejudiciais ao desfecho da ocorrência;
2. Provocação da administração policial em caso de entendimento diverso de delegacias de polícias, em assunto já acordado em Manifestação Ministerial;

REFERÊNCIAS, DOUTRINAS E LEGISLAÇÕES

1. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014;
2. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940;
3. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM;
4. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM;
5. Ofício n.º010/2017/MPF/PRMS/COORDCRIM;
6. Ofício n.º230/14B/PMMS;
7. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018;
8. Lei n.º13.008, de 26 de junho de 2014;
9. Art. 334 do Decreto Lei n.º2.848 de 07 de dezembro de 1940;
10. Ofício n.º011/2019-MPF/PRMS/COORDCRIM;
11. Ofício n.º017/2018-MPF/PRMS/COORDCRIM;
12. Ofício n.º010/2017/MPF/PRMS/COORDCRIM;
13. Ofício n.º230/14B/PMMS;
14. Nota de Instrução nº002/P-3/BPMRv/PMMS/2018.

ELABORADO POR:

WAGNER FERREIRA DA SILVA-
TEN CEL QOPM.
WELLINGTON KLIMPEL DO
NASCIMENTO- TEN CEL QOPM.
ROBSON ROBERTO LOPES RAMOS-
MAJ QOPM.
FREDERICO FRANCO SO CANOLA – CAP
QOPM.
JOSUEL ALVES DA ROCHA – CB QPPM

APROVADO:

Marcos Paulo Gimenez – Cel QOPM
Comandante-Geral da PMMS
Mat. 108353021

REVISÃO REALIZADA POR:

APROVADO:

RELAÇÃO DAS PÁGINAS E TÓPICOS ALTERADOS	DIFUSÃO:
	PÚBLICO INTERNO
ESCLARECIMENTOS	
<p>1. Conceito de contrabando:</p> <p>a. Importar e exportar mercadoria proibida; art.334-A do Código Penal.</p> <p>2. Conceito de descaminho:</p> <p>a. Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria; art.334 do Código Penal.</p> <p>3. Atribuições dos órgãos de fiscalização e correição:</p> <p>a. Receita Federal: É um órgão vinculado ao Ministério da Economia, e chefiado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil. Regula tudo que tenha relação com o comércio exterior. Tanto a exportação, quanto a importação de bens envolve o pagamento de alguns tributos.</p> <p>b. Ministério Público Federal: Através da Coordenadoria Criminal no Mato Grosso do Sul, dá publicidade e fiscaliza as temáticas acordadas nas reuniões do Colégio de Procuradores da República no Estado de Mato Grosso do Sul.</p> <p>4. Nota de Instrução:</p> <p>a. Documento expedido pelo Estado Maior da PMMS, que visa manter atualizado às OPMS acerca de assuntos específicos como valores máximos de mercadorias, o que ensejará no encaminhamento da ocorrência à Receita Federal, ou à Delegacia de Polícia Federal.</p> <p>5. Termo de Retenção/Guarda:</p>	

Documento específico para lançamento do material retido que será encaminhado a outro órgão. Nele constará quantidade do material e características (modelo, cor, marca).